As duas faces da educação

SIMON SCHWARTZMAN

Houve uma época, dentro e fora do Brasil, em que a educação para todos era vista como a solução para todos os males. Nos anos 20 e 30, os esforços dos "pioneiros da educação nova" — Anísio Teixeira à frente — de criar no Brasil um sistema abrangente e moderno de educação básica tinha um grande objetivo político, que era democratizar o País da maneira mais profunda possível. Um sistema escolar público, uniforme e gratuito, e de boa qualidade, proporcionaria a todos a mesma chance de acesso aos benefícios da sociedade, e eliminaria as diferenças de berço entre ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores, pretos e brancos. A história não quis, como sabemos, que o projeto da educação nova se concretizasse. A ele se opôs o Estado Novo, que substituiu a idéia de um sistema educacional descentralizado, comunitário, por um sistema administrado pelo Estado, e dividido em dois grandes estratos — um de nível primário, para educar as grandes massas para o trabalho, e outro de nível secundário, mais restrito e de tipo acadêmico, para a formação das elites. A ele se opôs também a Igreja Católica, em defesa do ensino privado e da educação religiosa. A intensidade dos conflitos entre as diversas tendências na área educacional mostrava que todos, no fundo, acreditaram nos efeitos redentores da educação, e por isto disputaram com tanto afinco o controle de seu destino. E possível que, se os reformadores da educação pudessem ter ido mais longe do que foram, hoje tivéssemos um sistema educacional melhor; mas as ilusões sobre o alcance político e social da educação, como fator isolado de progresso e democratização, já perderam muito de sua força. Isto talvez explique por que a questão educacional parece não mais atrair, como o fazia antes, a atenção dos setores intelectuais mais vivos do País.

Na visão mais antiga, a educação era vista como uma maneira de formar as pessoas, e isto teria consequências em relação ao seu comportamento futuro em todos os aspectos da vida social, inclusive no mercado de trabalho. Na visão mais corrente hoje em dia, a educação deveria principalmente treinar as pessoas para o exercício de suas funções profissionais. Nesta perspectiva, a educação de tipo mais clássico e geral é criticada como ornamental e inútil, e substituída pelo treinamento prático para a vida do trabalho. Ela deixa, assim, de ser um simples "consumo", e passa a ser um "investimento" economicamente calculável.

O que estas duas visões não incorporam é um entendimento mais aprofundado do relacionamento que existe entre o sistema educacional e o sistema de estratificação da sociedade. Existe uma versão estática e uma versão dinâmica deste relacionamento.

A versão estática, apoiada por um volume impressionante de pesquisas de todos os tipos, afirma que os poderes de modificação social da educação são ilusórios, e que o sistema educacional não passa de simples mecanismo de reprodução do sistema de estratificação social — ou seja, de mecanismo pelo qual os privilégios e as diferenças sociais de uma geração são transferidos para a geração seguinte. Não há sistema educacional, por mais democratizado que seja, que tenha conseguido efetivamente eliminar as diferenças de berço entre os estudantes, que determinam a escolha das escolas, as oportunidades de acesso, e até mesmo o aproveitamento dos alunos dentro das salas de aula.

A versão dinâmica não nega que estas diferenças existem e se mantêm, mas toma em consideração o fato de que a própria estrutura social não é estática. A urbanização, as inovações tecnológicas, a capitalização da economia, tudo isto vai alterando a estrutura social, gerando novas formas e oportunidades de emprego, e proporcionando chances diferentes de acesso e mobilidade social aos que tenham obtido as qualificações educacionais e técnicas necessárias.

Além destas mudanças no sistema produtivo, existem outras que todos conhecem, mas que geralmente não são levadas em conta pelos que tratam de pensar nos efeitos sociais da educação. Estas mudanças afetam a estrutura social de forma profunda: elas consistem na criação de formas novas de estratificação e diferenciação social geradas e mantidas especificamente pelo sistema educacional. E esta a face oculta da educação com a qual os pioneiros da escola nova não contavam, e que faz com que a educação, em vez de fator necessário de progresso, funcione muitas vezes como elemento de conservadorismo e estagnação social.

A educação funciona como mecanismo autônomo de estratificação social quando ela serve como meio de discriminar as pessoas. "Falar bem", "escrever bem", possuir tal ou qual diploma são formas pelas quais as pessoas são incluídas ou excluídas de certos círculos, do acesso a certos empregos, do direito a determinados benefícios sociais. Quando este aspecto da educação predomina, o conteúdo do que é ensinado deixa de ter importância, e passa a ser subordinado à forma e à aparência: usar a língua "corretamente", obter as notas necessárias, obter e registrar os títulos... Este processo é tanto mais grave quanto mais o sistema educacional cresce e se desenvolve de maneira independente e separado de transformações sociais mais profundas. Os educados por este sistema, tanto quanto muitos dos educadores, têm como único capital social sua própria educação, seus próprios títulos, e por isto tendem a valorizar cada vez mais a educação como a coisa mais importante que alguém possa almejar, e a meta mais importante para o País. E é aqui que surge o grande paradoxo da educação formal: os que mais se beneficiam dos privilégios da educação formal são, justamente, os que mais defendem os ideais antigos que viam na educação o instrumento da democratização e da igualdade social.

A conclusão de tudo isto não é que a educação seja um mal em si, ou que não ter educação é melhor do que tê-la. A conclusão principal é que o problema educacional deve ser entendido em suas relações mais profundas com outros aspectos da sociedade, e que uma política social que não tome em consideração as duas faces da educação está fadada a alimentar um monstro devorador de recursos que acaba por criar muito mais problemas do que, em última análise, resolver.